



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITO E CONTEXTO DA LEITURA E DA ESCRITA NO BRASIL¹

Andréia Vaz Cunha de Sousa (UFMA²) - dedeiavaz@yahoo.com.br

Samuel Luis Velázquez Castellanos (UFMA³) - samuel@ufma.br

RESUMO

Neste trabalho abordam-se as mudanças nos conceitos e contextos relacionados à alfabetização e ao letramento na história da educação brasileira, como resultado de múltiplos elementos implícitos que giram em torno dos diferentes âmbitos sociais, culturais, econômicos e políticos que têm permeado o processo de escolarização no Brasil. Objetiva-se compreender a história da alfabetização e do letramento a nível de nação, baseando-nos na pesquisa bibliográfica e das contribuições teóricas da Mortatti, além de outros diálogos com Soares, Solé, Kleiman, Mary Kato e Tfouni. Torna-se relevante esta pesquisa para se conhecer e entender a trajetória da alfabetização no país e identificar nas práticas pedagógicas atuais os aspectos que ainda permeiam este processo. Questiona-se sobre as mudanças pelas quais passaram os conceitos de alfabetização e letramento em várias temporalidades, o que aos profissionais da educação permite visualizar suas próprias práticas e reconhecer que concepção de ensino permeia o processo de alfabetização e letramento que ministram, possibilitando-lhes o entendimento sobre a relevância de alfabetizar e letrar, embora usando conceitos distintos, porém indissociáveis. Entende-se que o letramento surge diante da necessidade de compreender a escrita e a leitura como uma construção histórica, social e política presente no contexto dos indivíduos; conhecimentos que sofrem alterações conforme as novas mudanças que ressignificam seus usos, uma vez que se antigamente era suficiente escrever no papel e ler em livros, hoje é necessário saber interagir com esses conhecimentos nas práticas sociais.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. História da educação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta estudos sobre a História da Alfabetização e do Letramento no Brasil, sendo fruto de motivações iniciadas a partir da pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação na Gestão da Educação Básica – PPGEB/UFMA e das discussões realizadas no NEDHEL, que permitem questionarmos pelas mudanças consecutivas nos

¹ Este texto é decorrente da pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Gestão da Educação Básica – PPGBE da Universidade Federal do Maranhão, a qual se realiza junto ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Gestão da Educação Básica – PPGBE da Universidade Federal do Maranhão.

³ Doutor em Educação e professor orientador no Programa de Pós-graduação Gestão da Educação Básica – PPGBE da Universidade Federal do Maranhão.

conceitos de alfabetização e letramento ao longo da história da educação brasileira. Nesse sentido, o trabalho justifica-se pelo interesse e a necessidade de conhecermos a trajetória destes tais conceitos.

No Brasil, a preocupação com a alfabetização pelas autoridades e pela sociedade existe desde os tempos de Brasil Colônia, e na medida em que o analfabetismo se vai superando, a sociedade se conscientiza da importância da escolarização, bem como da leitura e da escrita por meio de estudos cada vez mais aprofundados, precisamente por acreditarem que saber ler e escrever não seria o suficiente para a incorporação do aprendido a suas práticas sociais.

Ao longo da história, o analfabetismo vem se mostrando e, embora se observem os contínuos investimentos realizados na educação básica, mais precisamente nos anos iniciais do ensino fundamental; contudo, ainda não chegamos num nível satisfatório em termos de resultados demonstrados diante dos programas de avaliação em larga escala que medem o nível de leitura e escrita dos alunos da rede pública.

Neste país, observamos avanços consideráveis, entretanto não foram suficientes para se visualizarem progressos plausíveis no domínio das habilidades exigidas para a inserção em uma sociedade letrada. Isso se deve ao fato de que grande parte dos alunos podem até aprender a ler e a escrever; mas não conseguem fazer o uso competente destas ferramentas no cotidiano.

Os índices apresentados pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) revelam que os alunos têm concluído o Ensino Fundamental com dificuldades na leitura e na escrita, enfatizando-se na necessidade de repensar a alfabetização para melhorar estes resultados a nível nacional, no sentido de promover a participação social ativa dos sujeitos por meio da alfabetização e do letramento.

É fato que o Brasil ainda não adotou a cultura da leitura e da escrita como necessidades indispensáveis a uma sociedade ativa, pois segundo o INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional – 2011), 25% dos educandos que cursaram os anos finais do Ensino Fundamental, apresentam características de nível rudimentar; ou seja, compreendem somente textos curtos e simples e realizam apenas operações usuais do dia a dia.

A nova BNCC (documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica) trouxe mudanças significativas para a área da Língua Portuguesa. Uma delas diz respeito à questão da alfabetização, a qual tem que concretizar-se

até o 2º ano do Ensino Fundamental. O processo de alfabetização nos dois primeiros anos, deve ser o foco da ação pedagógica no componente de Língua Portuguesa: “aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (BRASIL, 2017, p. 61).

Nesse contexto, pensando no analfabetismo que tem atingido a população Brasileira em larga escala, desde a colônia, o Império, até atualidade (embora de diferente natureza e contextos) neste artigo expomos alguns aspectos que permearam a História da Alfabetização, no sentido de compreender a situação atual da nação.

2 ALFABETIZAÇÃO: um percurso na História da Educação Brasileira

As discussões acerca da alfabetização no Brasil tem ganhado destaque em relação ao volume de pesquisas, estudos, publicações, bem como aos documentos oficiais nacionais (LDB, PCN BNCC) que enfatizam os debates acerca dos motivos pelos quais os alunos brasileiros possuem níveis de leitura tão distantes dos desejáveis. Conforme dados recentes dos censos escolares (Saresp, IDEB), a maioria das crianças que frequentam as escolas públicas têm saído do 3º ano do Ensino Fundamental sem estarem alfabetizadas e sem conseguir fazer uso social da leitura e da escrita.

Para Soares (2009, p. 13), “Há cerca de quarenta anos que não mais de 50% (frequentemente, menos que 50%) das crianças brasileiras conseguem romper a barreira da 1ª série, ou seja, conseguem aprender a ler e a escrever”. Por esta razão, torna-se necessário estudar o histórico da Alfabetização no Brasil, a fim de entendermos as possíveis razões dessas defasagens.

Durante muitos anos, acreditou-se que aprender a ler significava apenas conhecer letras para em seguida, formas sílabas, palavras e por fim as frases. A alfabetização ficou por muito tempo associada à ideia de decodificação de sinais gráficos. Segundo Mortatti (2000) a história da alfabetização é marcada por disputas entre defensores de diferentes métodos de ensino da leitura; embora desde o final do século XIX, já houvessem discussões referentes ao fracasso escolar nos anos iniciais, sendo responsável a não aprendizagem da leitura.

Soares (2016) por outro lado, acrescenta que essa disputa de métodos foi caracterizada por uma alternância contínua, ora eram sintéticos, ora analíticos, na medida em que aquele que fosse considerado inovador logo seria taxado como tradicional. Se bem que, mesmo que os métodos tivessem sido considerados como ideais para o propósito do ler, estes não tinham

proximidade com o cotidiano dos alunos não solucionando o problema do fracasso escolar nos anos iniciais.

A alfabetização e seus significados, para além da transição de métodos, também sofreu transformações, como demonstramos no quadro a seguir:

Quadro 1: Evolução dos significados das palavras “alfabetização” nos dicionários.

Dicionário de Língua Portuguesa, de Antônio de Moraes Silva.	Novo Dicionário de Língua Portuguesa, de Aurélio B. H. Ferreira.	Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.	Dicionário de Alfabetizadores de TH. L Harris e R. E. Hodges.
Alfabetização <i>S. f.</i> (de alfabetizar) Acto ou efeito de alfabetizar. Propaganda da instrução primária. (10. Ed., 1949)	Alfabetização. <i>S. f.</i> Ação de alfabetizar, de propagar o ensino da leitura.	Alfabetização. Ato ou efeito de alfabetizar, de ensinar as primeiras letras.	Alfabetização <i>S. f.</i> 1. Ensino da lactoescrita. 2. Instrução primária. 3. “uma estratégia de liberação [que] ensina as pessoas a lerem não só a palavra mas também o mundo” (Freire, 1970); alfabetização ideológica.

Fonte: (MORTATTI, 2004)

Este quadro nos permite observar como o termo sofreu transformações: em certo momento era suficiente apenas ensinar as crianças a ler e escrever por meio da instrução primária; em seguida a necessidade de expansão do ensino da leitura através das primeiras letras foi proeminente; num terceiro momento apenas ensinar a ler e escrever tornou-se insuficiente, sendo necessário desenvolver nas crianças o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais.

A esse respeito, o século XIX já trazia ensaios políticos sobre a criação do primeiro nível de escolas para crianças e jovens através das escolas de primeiras letras. (FARIA FILHO, 2007). Tal definição sobre as instruções escolares representa o momento inicial de estruturação do Estado Imperial, no intuito de generalizar-se os rudimentos do saber ler, escrever e contar a todos; entretanto, sem estabelecer-se uma continuidade para os outros níveis da instrução (secundário e elementar), pois para o poder dominante, tais escolas não deveriam ultrapassar o aprendizado das primeiras letras.

Em 15 de outubro de 1827, o decreto imperial trata da primeira Lei Geral relativa ao Ensino Elementar. A primeira contribuição da Lei de 15 de outubro de 1827 foi determinar, no seu artigo 1º, que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveriam Escolas de Primeiras Letras (hoje, ensino fundamental). (BRASIL, 1827)

Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado

Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação. (FARIA FILHO, 2007, p.137)

Conforme Marcílio (2016, p.231), “no século XIX a única ação dos governos em relação à educação de base foi a criação de escolas”, observando-se que se durante o Império a educação primária não foi prioridade para as autoridades provinciais e tampouco para o Ministério do Império, menos ainda o foi para o Imperador, procurando-se via escolas, criar condições de governabilidade, dotando o Estado de mecanismos de atuação sobre a população e, por conseguinte, silenciar as classes desfavorecidas.

A primeira fase da República foi nova para a educação nacional. Para os governantes a expansão e modernização da educação de base seria a única forma de promover o progresso do país. Neste período, através da Escola Nova, buscou-se criar e difundir novas práticas, a escola de alfabetização foi sendo constituída não somente com sua função de ler, escrever e contar, levando-se em consideração agora a função social da escola. (MARCÍLIO, 2016)

A esse respeito, Mortatti (2000) acrescenta que essas novas práticas encontram sua influência nos princípios da “Escola Nova”, com o objetivo de romper com a tradição e adaptar a educação à nova ordem política desejada através de novos ideais pedagógicos e sociais. Sobre o ensino da leitura e escrita foi-se enfatizando os aspectos psicológicos da aprendizagem visando a democratização da cultura e a participação social.

Os novos fins passam a demandar soluções voltadas para a função socializadora e adaptadora da alfabetização no âmbito da educação popular, a ser realizada de maneira rápida, econômica e eficaz, a fim de integrar o elemento estrangeiro, fixar o homem do campo e nacionalizar a educação e cultura. (MORTATTI, 2000, p. 144)

Na segunda fase da república, a expansão da educação fundamental passou a ter o apoio das Organizações das Nações Unidas (ONU), a partir de 1950, com seus princípios humanistas associados à cidadania nacional e à autoridade do estado, expandindo assim o direito à educação elementar, gratuita, obrigatória, laica e universal, atribuindo-se não somente os ensinamentos do ler, escrever e contar, mas expande-se a transmissão e promoção de valores básicos do ser humano e da sociedade em geral. (MARCÍLIO, 2016).

Com isso, a partir do início dos anos 1980, o ensino inicial da leitura e da escrita foi duramente criticado, diante do fracasso escolar que atingia a maior parte da população pobre do país segundo. Deste modo, era necessário que políticas públicas fossem constituídas com o intuito de sanar tal deficiência. Diante desta necessidade, pesquisadores brasileiros passaram a

buscar modelos teóricos que pudessem explicar os problemas da alfabetização que o país enfrentava (MORTATTI, 2010)

Assim, alfabetizar o indivíduo é proporcionar-lhe todas as condições necessárias para a continuidade dos estudos garantindo-lhe um prosseguimento satisfatório, e oferecer-lhe subsídios para uma alfabetização de qualidade, de modo a fortalecer a base de uma construção educacional que evoluirá ao longo da vida por meio de práticas sociais.

Nesse contexto, os problemas de aprendizagem de leitura e escrita foram atribuídos aos problemas metodológicos dos paradigmas ditos tradicionais ou inovadores, trazendo então a negatividade do conceito de método, “[...] como se esses tipos esgotassem todas as alternativas metodológicas para a aprendizagem da leitura e da escrita” (SOARES, 2004, p.11). Ainda nessa perspectiva, a autora afirma que, com o entendimento distorcido de que apenas através do contato intenso com textos escritos utilizados nas práticas sociais e culturais a criança se alfabetizaria, o letramento frequentemente acabou se sobressaindo a alfabetização.

3 O LETRAMENTO E SUA INSERÇÃO NO DISCURSO DA EDUCAÇÃO

Em 1980 as discussões sobre as altas taxas de analfabetismo e repetência escolar no Brasil se tornaram mais fortes; contendas que enfatizavam uma nova abordagem sobre a aprendizagem da leitura e da escrita. Nesse cenário de reflexões e questionamentos, foi necessário utilizar uma palavra que representasse o estado e a condição de quem está alfabetizado e de quem faz o uso social da leitura e da escrita, constituindo-se aspectos distintos desta problemática, mas ao mesmo tempo, sendo as partes de um mesmo problema.

Conforme Mortatti (2004) a história da palavra “letramento” deu início neste momento, sob influência dos estudos e pesquisas acadêmicas do inglês “*literacy*” onde sua tradução significa “alfabetização” ou “alfabetismo”, como mostramos no seguinte quadro:

Quadro 2: Evolução dos significados das palavras “letramento” nos dicionários.

Dicionário de Língua Portuguesa, de Antônio de Moraes Silva.	Novo Dicionário de Língua Portuguesa, de Aurélio B. H. Ferreira.	Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.	Dicionário de Alfabetizadores de TH. L Harris e R. E. Hodges.
Letramento <i>S. m.</i> (de letra) Antigo. O mesmo	Letramento.	Letramento <i>S. m.</i> (a 1899) 1. <i>ant.</i> representação da linguagem falada por meio de sinais; escrita 2. PED mesmo que	Letrado <i>adj.</i> 1. Que tem muito conhecimento; culto, instruído; ilustrado; erudito. 2. em termos de uso da

que escrita. (10. Ed., 1949)	não consta	alfabetização ('processo') 3.(dec 1980) PED conjunto de práticas que denotam capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito, na acep. PED por influ. do ing. Literacy	língua, marcado por uma expressão clara, refinada e que demonstra experiência no uso da palavra; literato 3. Conhecedor de uma área de conhecimento, especialmente em literatura, pessoa de muita leitura
------------------------------	------------	---	---

Fonte: (MORTATTI, 2004)

Aqui é possível perceber a evolução do termo bem como suas transformações: *a priori* era similar à alfabetização, porém restrito à escrita; em seguida não se fazia presente no dicionário de língua portuguesa; e num terceiro momento observa-se que ganha um significado maior atrelado ao desenvolvimento de capacidades do uso social da leitura e escrita.

Sobre a leitura e a escrita como prática social, temos os estudos de Soares (2009) a qual afirma que o termo letramento foi usado pela primeira vez no país em 1986 por Mary Kato no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, onde o letramento é visto sob a luz do processo de escolarização para a aquisição da escrita socialmente aceita, conforme observamos em Kato (1986, p. 7), ao revelar que:

A função da escola, na área da linguagem, é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender às demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação. Acredito que a chamada norma-padrão ou língua falada culta é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita.

É válido acrescentar que o objetivo de Kato (1986) é destacar aspectos de ordem psicolinguística que estão envolvidos na aquisição da linguagem a respeito da aprendizagem escolar das crianças, além de trazer uma definição de letramento associada à função da escola em formar cidadãos “funcionalmente letrados” em uma perspectiva do desenvolvimento cognitivo. (MORTATTI, 2004)

Em 1995 Ângela Kleiman afirma em sua obra que o termo letramento, embora não estivesse ainda no dicionário, passou a ser utilizado para diferenciar estudos sobre o impacto social da escrita e estudos sobre a alfabetização. A definição de letramento apresenta-se como uma prática social de leitura e escrita relacionada com o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita. (KLEIMAN, 1995). Por outro lado, Soares (2014) dialoga com essa ideia quando afirma que o letramento “é usar a escrita para se orientar no mundo (o atlas), nas ruas

(os sinais de trânsito) para receber instruções (para encontrar um tesouro... para consertar um aparelho... para tomar um remédio), enfim, é usar a escrita para não ficar perdido” (p. 43).

Destarte, pode-se entender que a alfabetização precisa ir além da codificação e decodificação e da preocupação de ensinar sílabas ou frases prontas de livros didáticos, que trazem passagens simples ou desconectadas com a realidade vivenciada pelo aluno. Deste modo, os estudos sobre letramento possibilitam ampliar o conceito de alfabetização, levando os indivíduos a fazer o uso social, político e econômico da escrita. (MARTINS, 2016)

Nessa perspectiva, entendemos que como espaço de letramento socialmente valorizada, a escola precisa estar em consonância com as diferentes práticas de linguagem, a fim de atender as demandas de leitura e de escrita dos alunos que estão imersos em uma sociedade grafocêntrica. (MORTATTI, 2004)

Letramento está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita e em que esta, sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem. (MORTATTI, 2004, P. 98)

É notório observar que o uso da escrita é fundamental, considerando-se a forma como a sociedade se estrutura, a organização de seus domínios discursivos, os registros de suas memórias, os produtos culturais e as formas de estabelecer as relações de poder. Nesse sentido, assumir uma condição letrada, sob diferentes aspectos e sob práticas diversificadas, influencia o comportamento do indivíduo na sociedade, permitindo a interação entre os sujeitos nesses espaços e o exercício de sua cidadania.

Acerca dos documentos nacionais, a nova BNCC traz no capítulo 4 (Ensino Fundamental) o termo letramento associado ao termo de alfabetização:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017. p.57)

Contudo, entendemos que o letramento surge diante da necessidade de compreender a escrita e a leitura como uma construção histórica, social e política presente no contexto dos indivíduos. Conhecimentos que sofrem alterações conforme as novas mudanças que ressignificam o uso da leitura e da escrita. Em outras palavras, se antes era suficiente escrever no papel e ler em livros, atualmente é necessário saber interagir com esses conhecimentos nas práticas sociais.

4 CONCLUSÃO

Diante da coleta de dados foi possível realizar o estudo da *Alfabetização e letramento: conceito e contexto da leitura e escrita no Brasil*. Deste modo, identificou-se que existem mudanças e avanços significativos na respectiva área, possibilitando-nos uma larga visão sobre o tema com a seleção de uma diversidade de referencial teórico que possibilita um aprofundamento e uma sistematização, o que nos permite perceber que o fenômeno do letramento ampliou a discussão, antes simplificada, acerca do uso da leitura e da escrita nos anos iniciais. Nesse lógica, é importante salientar também que a construção da alfabetização necessita estar ligada ao letramento, pois é através deste que o aluno se situa no mundo. Ou seja, não trata de decifrar códigos, mas sim de dar a eles significados e percebê-los em um contexto; embora por se tratar de uma condição ou estado, o termo letramento está sempre em transformação.

Observa-se, que anteriormente a alfabetização consistia em viabilizar somente ao aluno o acesso à leitura e à escrita, sendo considerado alfabetizado aquele que assinasse o próprio nome e lesse um bilhete. Hoje é considerada alfabetizada a pessoa que adquiriu conhecimentos suficientes para utilizar as ferramentas do dia a dia, sendo o público alvo prioritário a educação infantil e o ciclo de alfabetização, tendo em vista que é nessa fase que se constrói os significados de leitura e da escrita.

Destarte, é sabido que um dos maiores bens de um país é a educação da população, seja ela de baixa renda ou das classes mais abastadas; contudo uma educação de qualidade começa nas séries iniciais com uma alfabetização satisfatória. Para que isto aconteça, é necessária a tomada de várias decisões, que passam pelo compromisso com a qualidade, bem como com o conhecimento das reais necessidades dos alunos.

Nesse sentido, dados estatísticos demonstram resultados insatisfatórios revelando o atraso da alfabetização brasileira, o que provoca que se tenham avanços nos estudos referentes à área da alfabetização, tendo em vista que a produção do conhecimento é intensiva e necessita de estratégias que indiquem o desenvolvimento de uma nação via educação. Por outro lado, compreendemos que o letramento é algo que nos provoca, que nos identifica e que nos emancipa enquanto sujeitos. Provoca-nos em reconhecer nosso meio ambiente, mostrando-nos o lugar onde estamos. Assim, nos identifica como pertencentes a uma dada sociedade, a um grupo e nos emancipa, pois ao reconhecermos nestes espaços e lugares, sabemos com quem falamos e como o fazemos, para quem falamos e de que lugar se discursa.

ABSTRACT

In this paper we discuss the changes in concepts and contexts related to literacy and literacy in the history of Brazilian education, as a result of multiple implicit elements that revolve around the different social, cultural, economic and political spheres that have permeated the schooling process in Brazil. The aim is to understand the history of literacy and literacy at the national level, based on bibliographic research and Mortatti's theoretical contributions, as well as other dialogues with Soares, Solé, Kleiman, Mary Kato and Tfouni. This research becomes relevant to know and understand the path of literacy in the country and identify in the current pedagogical practices the aspects that still permeate this process. It is questioned about the changes through which the concepts of literacy and literacy have passed in various temporalities, which allows education professionals to visualize their own practices and to recognize that conception of education permeates the process of literacy and literacy that they teach, enabling them to understanding of the relevance of literacy and literacy, while using distinct but inseparable concepts. It is understood that literacy arises in the face of the need to understand writing and reading as a historical, social and political construction present in the context of individuals; knowledge that changes according to the new changes that resignify its uses, once it was enough to write on paper and read in books, today it is necessary to know how to interact with this knowledge in social practices.

Keywords: Literacy. Literacy. History of education.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 ago 2018.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>>. Acesso em 14 abr, 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 nov.2016.

_____. **MEC- Ministério da Educação e Cultura**. Resultado do PISA 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=42761>>. Acesso em: 20 nov. 2017

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

INAF. **Inaf Brasil 2011**. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Principais resultados. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2011. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em 20 abr, 2019.

KATO, Mary. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995. p. 15-61.

_____. **Oficina de leitura: teoria & prática**. 15ª ed. Campinas: São Paulo: Pontes, 2013.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da Alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. Letramento literário e o processo de formação de leitores no ambiente escolar. In: CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. CASTRO, César Augusto. (Org.). **Livro, leitura e leitor: perspectiva história**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016. 563-576.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PRODANOV, Cléber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Alfabetização e letramento**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.